

Um olhar sobre a indústria após as invasões francesas: o caso do sector dos curtumes em Guimarães

Maria Elisabete Pinto

Rui Jerónimo Faria

Com a invasão francesa de 1807, a indústria portuguesa sofreu um impacto profundo. A situação económica do país estava já debilitada devido à situação política e económica que se vivia. A invasão francesa agravou esta situação, levando a uma crise económica e social. A indústria portuguesa, que já estava em declínio, sofreu um golpe mortal. A situação económica do país estava já debilitada devido à situação política e económica que se vivia. A invasão francesa agravou esta situação, levando a uma crise económica e social. A indústria portuguesa, que já estava em declínio, sofreu um golpe mortal.

Verificamos que, para além das consequências económicas, a invasão francesa também teve um impacto cultural. A cultura portuguesa sofreu um impacto profundo. A situação cultural do país estava já debilitada devido à situação política e económica que se vivia. A invasão francesa agravou esta situação, levando a uma crise cultural e social. A cultura portuguesa, que já estava em declínio, sofreu um golpe mortal.

Em suma, a invasão francesa teve um impacto profundo na indústria portuguesa. A situação económica do país estava já debilitada devido à situação política e económica que se vivia. A invasão francesa agravou esta situação, levando a uma crise económica e social. A indústria portuguesa, que já estava em declínio, sofreu um golpe mortal.

A situação económica do país estava já debilitada devido à situação política e económica que se vivia. A invasão francesa agravou esta situação, levando a uma crise económica e social. A indústria portuguesa, que já estava em declínio, sofreu um golpe mortal.

¹ Segundo a historiografia, a invasão francesa de 1807 teve um impacto profundo na indústria portuguesa. A situação económica do país estava já debilitada devido à situação política e económica que se vivia. A invasão francesa agravou esta situação, levando a uma crise económica e social. A indústria portuguesa, que já estava em declínio, sofreu um golpe mortal.

² Segundo a historiografia, a invasão francesa de 1807 teve um impacto profundo na indústria portuguesa. A situação económica do país estava já debilitada devido à situação política e económica que se vivia. A invasão francesa agravou esta situação, levando a uma crise económica e social. A indústria portuguesa, que já estava em declínio, sofreu um golpe mortal.

1. Introdução

Na transição do absolutismo para o liberalismo, consolidam-se as tentativas de organização manufactureira, iniciadas com a política industrialista pombalina. Pareciam estar reunidas algumas condições favoráveis àquilo que poderemos designar por arranque da Revolução Industrial no nosso País.

Porém, na generalidade do território nacional, prevalecia uma forte dependência da exploração agrícola e a organização produtiva das actividades transformadores continuava limitada pela acção das corporações de ofícios.

De igual modo, no início do século XIX, a ocupação do território português com as invasões francesas abalou, em muitas regiões, as tentativas de fomento industrial. Neste trabalho, procuramos averiguar quais foram essas repercussões, na Comarca de Guimarães, e mais especificamente num sector tradicional da actividade económica: os curtumes. A fonte documental que privilegiamos foi o *Mapa das Fábricas que existem na vila, termo e Comarca de Guimarães, de 1815*, um documento manuscrito, pertencente ao fundo da Real Junta do Comércio, Agricultura, Fábricas e Navegação, existente no Arquivo Histórico do Ministério das Obras Públicas, em Lisboa. Os dados recolhidos foram confrontados com fontes paroquiais e municipais, no sentido de acompanharmos os percursos de alguns proprietários dos estabelecimentos mencionados naquele relatório estatístico.

2. O contexto

No início do século XIX, José Acúrsio das Neves, talvez, um dos espíritos mais esclarecidos do País, defendia a necessidade de fomentar a produção industrial, sendo considerada um factor de riqueza e “base principal da força dos povos”.

Nessa época, o trabalho dos couros desempenhava um papel fundamental na satisfação de algumas necessidades das populações, “mesmo das mais rústicas”.¹ Calçado, recipientes, correias e até mobiliário eram produzidos pela indústria de curtumes que, em Portugal, se disseminava pelo país, numa densa rede de oficinas. “A esta difusão geral só escapavam a Serra da Estrela e algumas zonas da Beira Central, que quase exclusivamente se dedicavam aos lanifícios e onde o gado era criado para fornecer lã e não as peles”.

¹ Jorge Manuel Viana PEDREIRA, *Estrutura Industrial e Mercado Colonial Portugal e Brasil (1780-1830)*, Col. Memória e Sociedade, Ed. Difel, Lisboa, 1994, p. 103.

No Minho, a transformação das peles dos mais variados animais, de acordo com a estrutura regional traçada por Jorge Pedreira, na sequência da investigação que aquele autor efectuou no fundo da Junta do Comércio, destacava-se no conjunto das actividades económicas devido à relativa abundância de reses. “Os bezerros de sumagre” constituíam a especialidade dos curtidores,² apesar de serem frequentemente utilizadas as cascas de carvalho e de salgueiro no moroso processo de curtimenta.

Noutros pontos do país, a proximidade com as zonas portuárias favorecia a importação de peles e incrementava a produção manufactureira. Às unidades situadas no Porto, Lisboa, na margem sul do Tejo e até na Estremadura e no Ribatejo, “chegavam peles curtidas, mas sobretudo em pêlo, para uso de uma indústria que respondia ao consumo dos grandes centros urbanos e exportava de volta para o Brasil e ainda para Inglaterra e Itália”.³

À escala regional, na viragem do Antigo Regime para a nova ordem social e económica, os curtumes, de acordo com José Acúrsio das Neves, apesar de não terem a preponderância dos têxteis, assumem-se como uma das mais significativas actividades industriais. Isto apesar da abertura dos portos brasileiros ao comércio internacional ter feito com que “negócio mudasse de figura”.⁴ Porque “antigamente toda a courama do Brasil vinha a Portugal, e daqui se distribuía pelos países, onde tem o seu consumo; nem os nossos fabricantes precisavam de mandar vir couros estrangeiros, tendo um mercado cómodo, e abundante no próprio país; nem havia motivo para incluir na pauta dos géneros vindos de países estrangeiros um artigo que realmente deles se não importava”.⁵ explicava Acúrsio das Neves, contrariado pelos fabricantes nacionais não possuírem livre arbítrio na importação de couros, à semelhança do que acontecia com os industriais ingleses e franceses.

De qualquer modo, o recurso intenso às matérias-primas oriundas do Brasil manteve-se. Mesmo depois da independência, acompanhou os lentos processos de industrialização que este sector conheceu, à medida que eram vencidas as resistências à introdução dos avanços tecnológicos que revolucionaram a actividade em Inglaterra, Alemanha e França.

² Idem, pp. 105-106.

³ Ibidem, p. 106.

⁴ Cf. José Acúrsio das NEVES, Memória sobre os meios de melhorar a Indústria Portuguesa Considerada nos seus diferentes ramos, (1820), ed. Jorge Custódio, Lisboa, 1983, p. 134.

⁵ Idem.

3. O Mapa Estatístico de 1815

Baseando-se nos dados de um inquérito bastante incompleto, o mesmo Acúrsio das Neves, apresentava 1811, a existência no País de 244 fábricas de curtumes, localizando-se na Comarca de Guimarães 86 estabelecimentos”.⁶ Apesar das insuficiências da investigação que não faz referência “ao regime económico do trabalho industrial, nem a importância dos capitais, nem valor dos produtos, nem sequer o número de operários”,⁷ os indicadores mencionados deixam perceber a configuração geográfica dessa actividade no País.

Em 1814, além da acentuada preponderância de Guimarães (86) na liderança destacada da lista de comarcas onde foram contabilizados os estabelecimentos ligados à transformação das peles, os valores apresentados para Lisboa (23), Santarém (27), Coimbra (20) e Bragança (18) também sugerem a persistência desta actividade que parece não ter sido abalada pelas invasões francesas.

No que diz respeito a Guimarães, os dados compilados por José Acúrsio das Neves com base nas informações emitidas pelo Corregedor da Comarca podem consubstanciar uma visão quantitativa da realidade do sector, mas a existência de outros levantamentos pré-estatísticos impõe a devida confrontação.

Em 1815, a Junta do Comércio recebeu o *Mapa das Fábricas que existem na vila, termo e Comarca de Guimarães*.⁸ O documento terá sido elaborado em obediência às ordens enviadas por esta entidade a todos os corregedores, “para que anualmente, a começar em 1815, organizassem e lhe remetessem novos mapas das fábricas”⁹; e oferece uma aproximação mais incisiva sobre a organização produtiva.

O confronto com outras fontes documentais permite-nos apurar que esses estabelecimentos manufactureiros eram de propriedade, financiamento e gestão familiar, sendo as actividades desenvolvidas muitas vezes complementadas com a exploração agrícola. Identificamos esse relacionamento sobretudo em S. Torcato, sendo mais notória a organização produtiva do tipo industrial na área urbana de Guimarães

⁶ José Acúrsio das NEVES (1814), «Mapa Geral Estatístico que representa as fábricas do Reino no estado em que existiam nos primeiros tempos depois da última invasão», *Obras Completas*, Vol. III, ed. Afrontamento, Porto, s/d, pp. 258-261.

⁷ Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria, *Inquérito Industrial de 1881*, Vol. I, Imprensa Nacional, Lisboa, 1881, pp. XV-XVI.

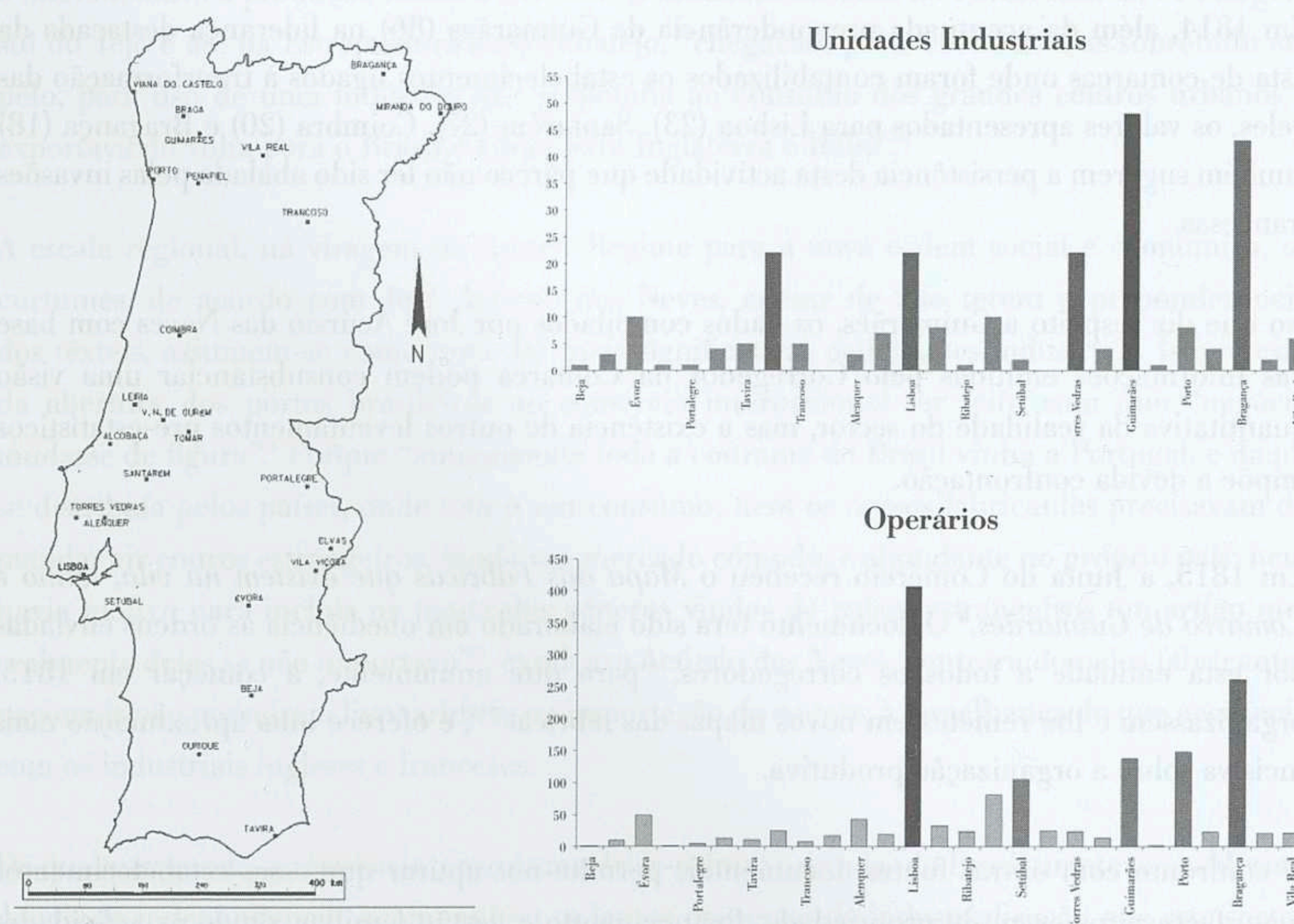
⁸ «Mapa das Fábricas que existem na vila, termo e Comarca de Guimarães em 1815», AHMOP, JC-13.

⁹ Ministério das Obras Públicas, *op. cit.*, Vol. I, 1881, p. XVI.

Numa tentativa de identificar a origem destes proprietários e “industriais”, conseguimos encontrar o rasto de quatro percursos distintos: Bento José Ferreira, Manuel José Vieira, António José Pinto (Guimarães) e Capitão Domingos Mendes, de S. Torcato.

Figura n.º 1

A indústria dos curtumes: distribuição espacial, estabelecimentos e operários



Fonte: PEDREIRA, *op. cit.*, 1994.

Enquanto o *Mapa das fábricas existentes no país em 1814* resume os sectores industriais que animavam a Comarca de Guimarães aos estabelecimentos de curtumes (86), de papel (2), tecidos de seda (2) e tramoias (2), no *Mapa das Fábricas que existem na vila, termo e Comarca de Guimarães de 1815* – apesar das lacunas que lhe podem ser apontadas – oferece um retrato mais pormenorizado.

Pouco avança na caracterização social e económica dos processos produtivos, mas permite constatar o predomínio das pequenas unidades sobre as fábricas, apesar de não evidenciar preocupações de classificação dos estabelecimentos industriais. Sabe-se, no entanto, as características bastante heterogêneas do exercício das actividades industriais no início do século XIX. A persistência da ligação à terra no meio urbano, onde vários artífices cultivavam as hortas e quintais existentes nas imediações da urbe; no meio rural, os habitantes quando não trabalhavam no campo exerciam uma actividade oficial complementar. Por isso, existiam diferentes modos de organização produtiva.

Por um lado, aumentavam as manufacturas a laborar com privilégios reais; é o caso da Fábrica de Bezerras, Atanados e Couros, sediada em Guimarães, de Francisco Mendes de Oliveira, concedido em 1794, por Dona Maria I¹⁰; identificámos ainda a atribuição de privilégios idênticos, em 1802, a João José Carneiro e seu filho João Baptista Carneiro, da freguesia e couto de Fonte Arcada, concelho da Póvoa de Lanhoso, que “requisitaram por sua petição que eles tinham estabelecido há anos uma boa fábrica de solla ao lugar de Valbom”.¹¹

Por outro lado, funcionava uma rede de oficinas onde vigorava o sistema corporativo. O trabalho relacionado com o tratamento e manuseamento das peles, em Guimarães, era tutelado pela Irmandade de S. Crispim e S. Crispiniano, entidade de cariz religioso e de regulamentação sócio-profissional que, até 1834, foi responsável pela vigilância e regulamentação do exercício das funções de sapateiro, surrador, tamanqueiro e curtidor.

Embora o *Mapa das Fábricas que existem na vila, termo e Comarca de Guimarães de 1815*¹² seja omissivo neste tipo de referências, várias ilações podem ser extraídas do documento: o número de estabelecimentos, o sector de actividade, o nome do proprietário, o número de trabalhadores e as suas funções no seio da organização produtiva, as matérias-primas utilizadas, a obra que fazem, a obra que vendem e para onde exportam os produtos manufacturados.

Apesar de continuar a manifestar a preponderância económica dos curtumes, não ignora a importância dos têxteis (tremoias, traslado ou traçado, tólhos, toalhado, fitas de seda e algodão e seda) e da chapelaria (chapéus grossos), fazendo ainda alusão a uma pequena oficina de

¹⁰ «Provisão que alcançou Francisco Mendes de Oliveira desta vila, fabricante de bezerras e couros», *Registo Geral das Provisões e Sentenças*, AMAP, M-2671, pp. 25-26.

¹¹ «Petição para o estabelecimento de uma fábrica com privilégios reais de João José Carneiro e seu filho», *Livro do Registo Geral da Câmara (1801-1806)*, AMAP, M-2672, p. 160.

¹² Cf. Apêndice Documental, documento n.º I.

produção de papel, sedeada em S. Paio de Moreira de Cónegos. De notar, a ausência de informações sobre uma actividade tradicionalmente exercida em Guimarães: as cutelarias.

Quadro n.º 1

N.º de Fábricas, Trabalhadores e Géneros que se utilizam (1815)

| Actividades | | N.º de fábricas | N.º de trabalhadores | | | | Géneros |
|-------------|---------------------|-----------------|----------------------|-----------|------------|-----------|---------------------|
| | | | Mestres | Operários | Aprendizes | Serventes | |
| Têxteis | Tremoias | 10 | 10 | 37 | 0 | 0 | Fio e algodão |
| | Traslado ou Traçado | 4 | 4 | 32 | 1 | 0 | Fiados |
| | Tôlhos | 1 | 1 | 5 | 1 | 0 | Fiados |
| | Fitas de Seda | 1 | 1 | 0 | 0 | 0 | Seda |
| | Algodão e Seda | 1 | 1 | 5 | 1 | 0 | Algodão e seda |
| | Toalhado | 15 | 15 | 45 | 3 | 0 | Fiados |
| Chapelaria | Chapéus Grossos | 28 | 28 | 36 | 1 | 0 | Lãs |
| Curtumes | Sola e Bezerros | 43 | 43 | 26 | 8 | 9 | Casca, cal e azeite |
| | Curtumes | 1 | 2 | 1 | 1 | 0 | |
| Papel | Papel | 1 | 1 | 0 | 0 | 0 | Trapo branco |

Fonte: *Mapa das Fábricas que existem na vila, termo e Comarca de Guimarães (1815)*.

Quanto à distribuição espacial das actividades económicas parece existir uma especialização geograficamente demarcada. Na vila de Guimarães prevalecem as “solas e bezerros”, “o traslado ou trassado” e os “chapéus grossos”. Na periferia do centro urbano, em S. Miguel de Creixomil, verifica-se o funcionamento de quatro fábricas de “tremoias” de dimensão apreciável (uma com onze, outro com sete e outro com cinco trabalhadores).

Nas margens do rio Selho – S. Martinho de Candoso, S. Jorge de Cima Selho, S. Cristóvão de Selho, S. João de Gondar – predomina o “toalhado”, enquanto na área geográfica que compreende e envolve a actual vila das Caldas das Taipas – S. Tomé de Caldelas, S. Clemente, S. Martinho e S. Lourenço de Sande – destaca-se a ligação à produção de “chapéus grossos”,

actividade que também ostentava uma certa projecção nas zonas rurais situadas na fronteira de Braga com Guimarães, nomeadamente S. Salvador de Balazar e S. Martinho de Leitões.

Em Guimarães, aparecem mencionadas 14 fábricas de solas e bezerros” que recorriam “à casca, à cal e ao azeite” para o tratamento dos couros que produziam para as províncias do Reino.

Em S. Torcato, foram demarcadas duas fábricas que não laboravam por falta de tracção, uma no lugar de Pinhô e outra no Lugar da Corredoura. Mas o redactor indica que “há mais algumas manufacturas de bezerros de sumagre, mas não se acham estabelecidas como fábricas”, e os trabalhadores ocupam-se na maior parte do tempo na “laboira por jornais”.¹³

Na área correspondente a Fafe, “as solas e bezerros” destacavam-se em S. Tomé de Travassós (22 unidades) e S. Miguel do Monte (3 estabelecimentos), embora o número de trabalhadores referenciado (um por estabelecimento) permita concluir a presença de uma rede de oficinas que permitia o recrutamento sazonal de mão-de-obra, nos interregnos da azáfama agrícola. É de assinalar que a obra produzida tinha como destino predominante Guimarães, Braga e Porto.

No que concerne à Póvoa de Lanhoso, a única menção efectuada salienta que a “fábrica é pouco laboriosa, em razão da incapacidade do sítio em que está situada”.¹⁴ A mesma actividade aparece assinalada, nomeadamente, no Couto de Fonte Arcada, onde existiam duas fábricas “bem estabelecidas”, no lugar de Valbom, onde o Corregedor observou que “continua sua perfeição e aumento”.¹⁵

¹³ «Mapa das Fábricas que existem na vila, termo e Comarca de Guimarães em 1815», AHMOP, JC-13.

¹⁴ Idem.

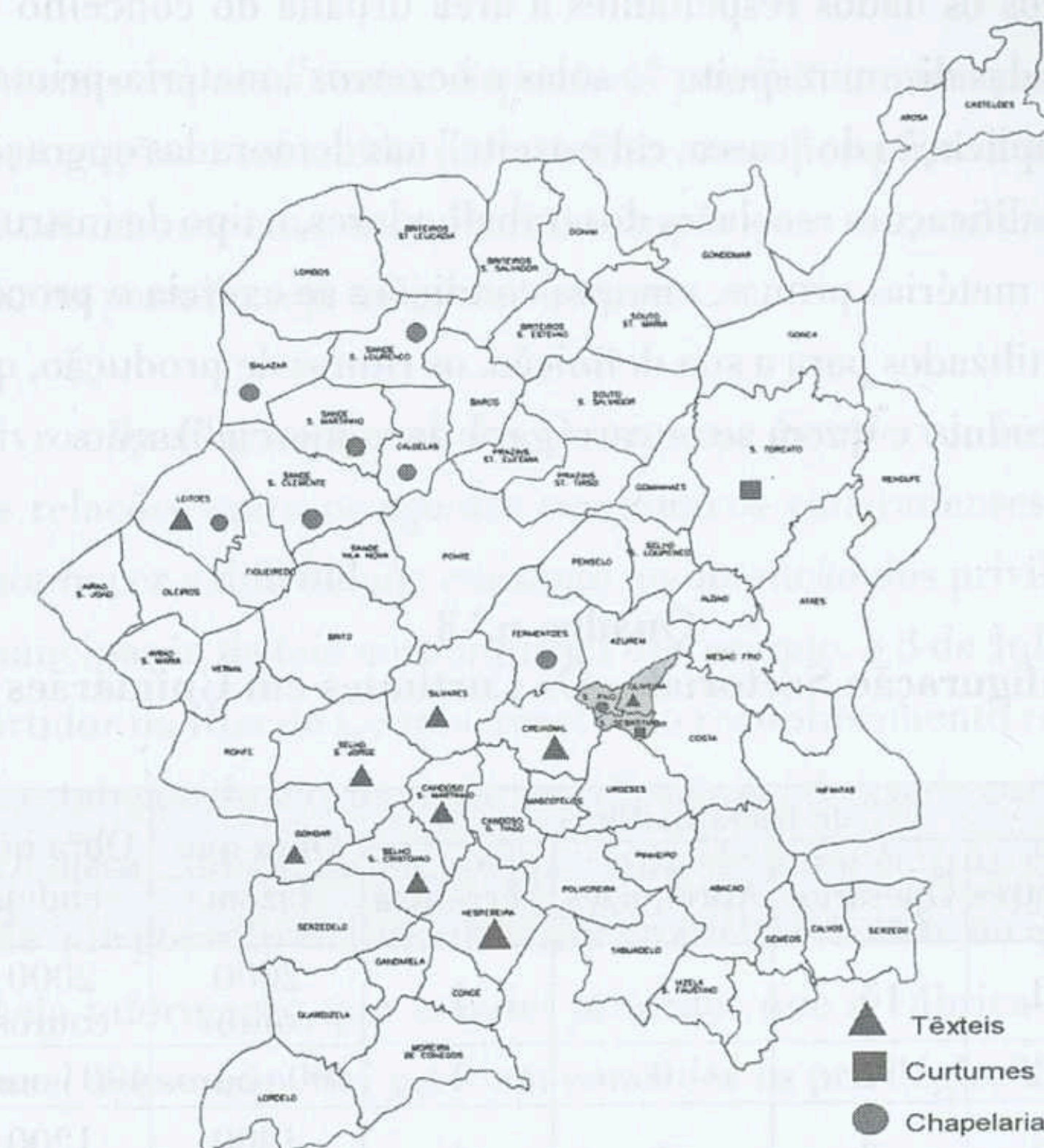
¹⁵ Idem.

Quadro n.º 2
Distribuição Geográfica das Fábricas (1815)

| Localidades | TÊXTEIS | | | CHAPELARIA | CURTUMES |
|-----------------------------|----------|----------|----------|-----------------|-----------------|
| | Tremoias | Traslado | Toalhado | Chapéus grossos | Sola e Bezerros |
| Guimarães | 1 | 4 | 0 | 3 | 14 |
| S. Martinho de Candoso | 0 | 0 | 7 | 0 | 0 |
| Santa Maria de Silvaes | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 |
| S. Jorge de Cima Selho | 0 | 0 | 3 | 0 | 0 |
| S. Cristóvão de Selho | 0 | 0 | 2 | 0 | 0 |
| S. João de Gondar | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| S. Martinho de Leitões | 4 | 0 | 0 | 1 | 0 |
| Santa Eulália de Fermentões | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 |
| S. Tomé de Caldelas | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 |
| S. Clemente de Sande | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 |
| S. Martinho de Sande | 0 | 0 | 0 | 3 | 0 |
| S. Lourenço de Sande | 0 | 0 | 0 | 2 | 0 |
| S. Salvador de Balazar | 0 | 0 | 0 | 5 | 0 |
| S. Tomé de Travassós | 0 | 0 | 0 | 0 | 22 |
| Santa Eulália de Nespereira | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 |
| S. Miguel do Monte | 0 | 0 | 0 | 3 | 0 |
| S. Miguel de Creixomil | 4 | 1 | 0 | 0 | 0 |
| Couto de S. Torcato | 0 | 0 | 0 | 0 | 2 |
| Couto de Fonte Arcada | 0 | 0 | 0 | 0 | 2 |

Fonte: Mapa das Fábricas que existem na vila, termo e Comarca de Guimarães (1815).

Mapa n.º 1
Distribuição Geográfica das Fábricas (1815)



Convém salientar que o aparecimento destas fábricas, ainda que de reduzida dimensão, não acabou com formas mais rudimentares de organização produtiva. Em todo o século XIX, no Vale do Ave, coexistiram estes dois regimes. Como adverte Jorge Pedreira, “o sistema doméstico funcionava a par do artesanato e de modos cooperativos de produção e era frequente que todas estas modalidades estabelecessem de uma maneira ou de outra, um relacionamento com manufacturas ou protofábricas”.¹⁶

3.1. - Análise Sectorial - Os Curtumes

No início do século XIX, em termos de organização produtiva, já tivemos oportunidade de constatar a persistência de uma dualidade funcional no sector dos curtumes. Por um lado, mediante atribuição de licença régia, laboraram algumas fábricas de reduzida dimensão. Por outro, prevalecia a apertada vigilância corporativa.

¹⁶ Maxine BERG, Pat HUDSON e Michael SONENSCHER, *The Age of Manufactures in Town and Country Before the factory*, Cambridge, 1983, in Jorge Manuel PEDREIRA, *op. cit.*, 1994, p. 148.

Numa aproximação mais detalhada aos resultados do inquérito de 1815 para a estrutura das actividades relacionadas com o sector dos curtumes, em conformidade com o objecto desta investigação, analisámos os dados respeitantes à área urbana do concelho de Guimarães. As doze fábricas identificadas dizem respeito “a solas e bezerros”, matéria-prima que era utilizada conjuntamente com a aplicação de “casca, cal e azeite” nas demoradas operações da curtimenta. Desconhecem-se as qualificações escolares dos trabalhadores, o tipo de instrumentos utilizados, de onde provinham as matérias primas, em que condições se exercia o processo de fabrico, os salários e os critérios utilizados para a sua definição, os ritmos de produção, quem determinava as características do produto e quem se encarregava da comercialização.

Quadro n.º 3
Configuração Sectorial – Os Curtumes em Guimarães

| Proprietários | | N.º de trabalhadores | | | | Obra que fazem | Obra que vendem | Para onde exportam |
|---------------|------------------------|----------------------|-----------|------------|-----------|----------------|-----------------|---------------------|
| | | Mestres | Operários | Aprendizes | Serventes | | | |
| GUIMARÃES | Bento José Ferreira | 1 | 3 | 1 | 1 | 2000 couros | 2000 couros | Províncias do Reino |
| | Luís Pinto | 1 | 1 | 0 | 1 | 400 couros | 400 couros | « |
| | Joaquim José Pinto | 1 | 3 | 1 | 1 | 1200 couros | 1200 couros | « |
| | Manuel José Pinto | 1 | 1 | 1 | 1 | 2000 couros | 2000 couros | « |
| | Pedro José Pereira | 1 | 2 | 2 | 0 | 1200 couros | 1200 couros | « |
| | Manuel José Pereira | 1 | 1 | 1 | 0 | 1000 couros | 1000 couros | « |
| | José Fernandes | 1 | 1 | 0 | 0 | 300 couros | 300 couros | « |
| | Maria Mendes | 1 | 1 | 0 | 3 | 1500 couros | 1500 couros | « |
| | Domingos de Freitas | 1 | 1 | 1 | 0 | 600 couros | 600 couros | « |
| | Manuel José Vieira | 1 | 1 | 0 | 1 | 400 couros | 400 couros | « |
| | Domingos Vieira | 1 | 0 | 0 | 0 | 200 couros | 200 couros | « |
| | José Francisco Ribeiro | 1 | 2 | 0 | 0 | 600 couros | 600 couros | « |
| | António José Pinto | 1 | 0 | 0 | 1 | 600 couros | 600 couros | « |
| | António de Oliveira | 1 | 1 | 0 | 0 | 600 couros | 600 couros | « |
| | Total | 12 | 18 | 7 | 9 | 12600 couros | 12600 couros | |

Fonte: Mapa das Fábricas que existem na vila, termo e Comarca de Guimarães (1815).

Aparece contabilizado o n.º de trabalhadores (12 mestres, 18 operários, 7 aprendizes e 9 serventes), o volume de fazendas produzidas (12 600 couros) e o destino da produção.

Como é evidente, nem sempre as fontes disponíveis possibilitam um preenchimento completo da matriz de interrogações construída para definir uma perspectiva ainda que de conjunto sobre a actividade económica em causa. Por isso, impõe-se o cruzamento de informações para que a aproximação ao passado seja mais consistente.

Recorrendo aos livros do *Registo Geral das Provisões e Sentenças*, fonte privilegiada para o conhecimento das relações entre os agentes económicos vimaranenses e a Administração do Reino, ficamos a conhecer a dificuldade existente na obtenção dos privilégios reais necessários para garantir a emancipação da teia corporativa. Por exemplo, a 8 de Julho de 1818, Domingos José de Freitas, curtidor da Rua de Couros, recebeu o reconhecimento real relativamente à sua pretensão. “Tendo estabelecido na vila de Guimarães uma fábrica de cortumes há mais de vinte e quatro anos e (...) facturando anualmente para cima de 2 mil couros, ele suplicava as mesmas graças e isenções de que gosavam semelhantes (sic) estabelecimentos; ao que tendo consideração e constando-lhe pela informação que mandei proceder que a Fábrica do suplicante está nos termos da minha real aprovação; hei por bem conceder os privilégios”.¹⁷

No ano seguinte, a 28 de Maio de 1819, outro vimaranense obteve a autorização real para desenvolver a sua actividade. “D. João (...) faço saber que António de Oliveira, me representou ter estabelecido na vila de Guimarães uma fábrica de sola e mais cortumes e me pedia fosse servido autorizá-la concedendo-lhe todas as graças e isenções que lhe competem”.¹⁸

Neste período, existia uma grande dependência da administração central, como sugere a exposição feita por José Francisco Ribeiro e sua mulher, a 22 de Setembro de 1817. Na posse de um terreno situado na Rua de Couros, “com casas de lagares e cortumes e sem título legal”, o casal requer o seu reconhecimento. “O pedaço de terreno de que trata sendo medido de Nascente a Poente tinha de cumprido 8 varas e meia, e de largo de Norte a Sul, cinco varas e meia, confronta do Nascente com a ponte e do Norte com o rio e do Poente com os moinhos de Bento José Ferreira, e do Sul com a levada por onde entra a água por um caleiro vindo a shair por outro tal como para a mesma levada sobe, o que foi ouvido o Procurador da minha Comarca.

¹⁷ «Registo da Provisão que obteve Domingos José de Freitas, cortidor, da Rua de Couros», *Registo Geral das Provisões e Sentenças*, AMAP, M-2677, p. 83.

¹⁸ «Registo da Petição e provisão que obteve António de Oliveira, da Rua de S. Francisco, desta villa», *Registo Geral das Provisões e Sentenças*, AMAP, M-2677, p. 165;

Confirmou o reconhecimento (...) do terreno que se trata com foro anual de 4 800 reis, que lhe foi arbitrado pelos louvados, attendendo ao cício (sic) da colocação dos ditos lagares (...)”¹⁹.

3.1.1 - A inevitável ligação dos industriais ao mundo rural

Perguntamo-nos, quais as origens? De onde provêm estes pequenos industriais? Partindo do mapa de 1818 conseguimos acompanhar o percurso de três destes homens; dois industriais na vila, outro com a produção implantada no Couto de São Torcato, área com tradição no trabalho dos couros. Falamos de Manuel José Vieira, António José Pinto e o capitão Domingos Mendes da Silva Guimarães respectivamente.

Os dois primeiros têm ligação ao mundo rural por via de sua ascendência, já o último, nascido no campo, funda as suas origens na urbe.

Manuel José Vieira nascera em São João de Cubelas, Póvoa de Lanhoso, filho de Jerónimo Carlos Mendes²⁰, natural do lugar de Caldeses freguesia de Santa Maria de Moure e de sua mulher Joana Maria Vieira, natural do lugar da Feiteira freguesia de Covelas (São Julião). Fora baptizado com o nome de Custódio que ao crisma mudou para Manuel. Casou na Oliveira (Santa Maria), Guimarães, em 14 de Fevereiro de 1780²¹, com Maria Joaquina, de lá natural, filha de Bento Francisco²², natural do lugar de Sebelo Vila Nova de Infantas e de sua mulher Sebastiana Maria Leite, natural do lugar de Balinhas freguesia de Santa Eufémia de Prazins, ambos filhos de pais solteiros.

Como tantos outros, Manuel deve ter vindo para a cidade ainda novo como aprendiz de algum ofício, desconhecemos quando se lançou ao negócio. Seu sogro exercia o ofício de tamanqueiro, profissão da mesma agremiação que os curtidores e surradores. Temos o conhecimento de que

¹⁹ «Registo da Provisão feita a José Francisco Ribeiro e sua mulher, da villa de Guimarães», *Registo Geral das Provisões e Sentenças*, AMAP – M 2677, p. 56.

²⁰ Arquivo Distrital Braga: *Inquirição de Genere* seu neto Manuel José Vieira, processo n.º 11366, pasta n.º 515. Era filho de João Francisco e de sua mulher Josefa Fernandes, de Santa Maria de Moure, concelho da Póvoa de Lanhoso e recebeu-se em Couvelas (São Julião) com Joana de Magalhães Vieira filha de Inácio de Magalhães e de sua mulher Maria Vieira em 07-Ago-1752.

²¹ Tanto ele como sua esposa são nomeados pelo nome de baptismo, respectivamente Custódio José Vieira e Custódia Maria.

²² Receberam-se na Oliveira (Santa Maria) a 28-Jan-1762. Bento Francisco Era Já viúvo de Josefa Teresa casava-se em segundas núpcias após.

o casal teve catorze filhos dos quais dois tomaram o estado de casado e um seguiu a vida eclesiástica²³.

António José Pinto nasceu em Arões (Santa Cristina), Fafe a 07-Ago-1773²⁴ Filho de José Pedro Pinto²⁵ e de sua mulher Ana Maria²⁶, neto paterno de António da Silva e de sua mulher Teresa da Silva, neto materno de Torcato Luís Pereira e de sua mulher Josefa da Silva. Pela sua ascendência materna António tinha já ligações com o meio urbano. Casou-se, em data desconhecida com Quitéria Maria da Cunha ° Mesão Frio (São Romão), 21-Mar-1766. Filha de Manuel Fernandes e de Custódia Maria; esta tinha como ascendentes, os Mendes da Guerra, e os Anes de Meireles do lugar de Sairrão, casta de lavradores honrados.

Capitão Domingos Mendes da Silva Guimarães ° São Torcato, Guimarães, 09-Maio-1756. † Idem, 27-Ago-1816. Era filho de Francisco da Silva e de sua mulher Custódia Monteiro da Silva Oliveira. Neto paterno de João Mendes e de sua mulher Margarida da Silva. Neto materno do padre Bartolomeu Monteiro e de sua mulher e de Juliana de Oliveira, solteira.

Seu pai era senhor do prazo do Assento de Baixo ou Cruz assim como seu avô, João Mendes, natural da Oliveira (Santa Maria), imaginário de profissão que durante muitos anos foi sacristão do Mosteiro de São Torcato. Pessoa influente na vida social do Couto, João Mendes e seus filhos eram dos poucos que rubricaram como testemunhas muitos dos actos matrimoniais realizados no Mosteiro.

O capitão Domingos Mendes da Silva Guimarães casou com Custódia Maria Fernandes, filha de Jerónimo Fernandes e de sua mulher Benta Francisca moradores no lugar da Corredoura, importante zona de implantação dos curtumes. Cremos que foi pela mão do sogro que Custódio deu os primeiros passos na actividade manufactureira, herdando dele a pequena industria e desenvolvendo-a. Aos lucros dela resultantes deve certamente a consolidação da sua posição como proprietário, pois só assim se explica o facto de lhe ter sido concedido a patente de capitão das Ordenanças do Couto.

²³ Manuel [° Oliveira (Santa Maria), 07-Set-1780]; António José Vieira Mendes [° Oliveira (Santa Maria) 12-Fev-1782]; João José Vieira [° Oliveira (Santa Maria), 09-Out-1784]; Manuel [° Oliveira (Santa Maria), 03-Abr-1787]; Maria Joaquina de Freitas [° Oliveira (Santa Maria), 27-Jun-1790]; Ana Maria do Amor Divino [° Oliveira (Santa Maria), 22-Out-1791. † Idem, 01-Ago-1803];

²⁴ Genealogias on-line, NEPS, in <http://www.neps.ics.uminho.pt>.

²⁵ Idem, nascido em Arões (Santa Cristina), 26-Jun-1746.

²⁶ Idem, nascida na Oliveira (Santa Maria), 23-Jan-1754.

Estes novos industriais que encontramos no início de oitocentos, ainda que consigam fundar a sua independência económica na pequena indústria que desenvolvem, mais tarde ou mais cedo retornam ao horizonte rural, fruto das dinâmicas de reconhecimento social da época. O capitalismo incipiente que experimentam direcciona muito do capital acumulado para a aquisição da propriedade que continua a constituir o principal elemento de reconhecimento da ascensão social. Ainda que invistam na indústria, coloquem a circular o capital, através do empréstimo de dinheiro a juro, a sua mentalidade mantém-se demasiado apegada à terra, de cuja posse advém o prémio de poder mover-se entre os grandes círculos.

3.2 - A Persistência dos Laços Corporativos

Apesar do incremento industrial, através da atribuição de privilégios reais a algumas manufacturas, as limitações organizativas mantinham-se através das corporações de ofícios. Predominava o trabalho oficinal, mediante mecanismos de controlo. As confrarias ou irmandades eram das mais importantes instituições sócio-culturais da época, destacando-se a sua actividade religiosa, assistencial e de regulamentação da organização produtiva. Preenchiam funções de vinculação e identificação que suscitavam sentimentos de pertença muito fortes entre os seus membros. Aliás, “era comum também que os oficiais que se encontravam fora do regime corporativo se achassem imbuídos dos mesmos costumes e valores artesanais e participassem das mesmas formas de solidariedade”.²⁷

No século XIX, alguns ofícios obtiveram pela primeira vez o privilégio da incorporação e foram contemplados nos respectivos regimentos. Uma situação que terá desencadeado formas de resistência por parte das categorias sócio-profissionais tradicionalmente associadas à liderança destas instituições. Não surpreende, por isso, que, em Guimarães, em 1824, os irmãos da Irmandade de S. Crispim e S. Crispiniano tivessem aprovado os *Estatutos dos Mestres Sapateiros, e mais Ofícios anexos à sua Bandeira desta vila de Guimarães e seu Termo*.²⁸

²⁷ Jorge Manuel PEDREIRA, *op. cit.*, 1994, p. 174.

²⁸ «Estatutos de 1824», Irmandade de S. Crispim e S. Crispiniano, AMAP, MC- 801.

É que, no conjunto das actividades ligadas à transformação das peles, existia uma certa preponderância dos sapateiros sobre os tamanqueiros, surradores e curtidores. Era uma diferenciação acalentada ao longo de séculos com a persistência de uns e a resistência de outros aos regulamentos corporativos.²⁹

Não obstante os interesses divergentes, mais ou menos difundidas, as corporações profissionais abrangeram um variado leque de actividades: sapateiros, cutileiros, ourives, alfaiates, etc. Cada um destes ofícios estava associado a uma “bandeira” – geralmente, com a invocação a um santo – e constituía o modo de produção industrial das cidades. Os seus representantes exerciam o seu “mister” em oficinas, onde os mestres trabalhavam e orientavam escrupulosamente as tarefas de um ou dois oficiais, de um ou dois aprendizes e, talvez, de um ou dois serventes a quem competiam as funções mais rudes. Em alguns casos, os oficiais podiam também trabalhar por sua conta. Estabeleciam-se numa das divisões da sua casa e com a ajuda da família exerciam o ofício, em obediência às orientações corporativas.

Libertas do espartilho corporativista, a partir de 1834, algumas actividades encontraram condições favoráveis à expansão. Com a extinção da Real Junta do Comércio, Agricultura, Fábricas e Navegação, os industriais ficaram com mãos livres para adoptar inventos, investir capitais, fixar preços e explorar o trabalho como melhor entendessem.

No entanto, mesmo com a implementação do liberalismo, os curtumes continuam a ser uma actividade muito artesanal e em muitas localizadas do País, como foi o caso de Guimarães, decorreu todo o século XIX, sem o sector ter conhecido a tão desejada mecanização. Arcaica e muito sórdida, a transformação das peles estava associada a operações extremamente demoradas, em que eram utilizadas substâncias tânicas, segundo processos sigilosos. Como dizem poucos homens de curtumes que ainda restam em Guimarães, era uma indústria de segredos, onde nada se desperdiçava.

“Nesta indústria tudo se aproveita.

A pele curtida dá a conhecida variedade de cabedais.

As cascas tanantes, depois de usadas e de se secarem, assim como a raspa das peles, servem para combustível.

A carne, que se tira ao descarnar, serve para cola ou para adubos.

A cal, depois de prestar os seus serviços, junta ao pêlo e a todos os escorros, representa óptimo adubo para as terras.”³⁰

²⁹ Fruto da posição económica e social privilegiada, no início do século XIX, os sapateiros procuravam diferenciar o estatuto que ostentavam daqueles que exerciam actividades menores, como a curtição das peles. Era um trabalho muito sujo e, por isso, durante séculos não logrou obter reconhecimento corporativo.

³⁰ Alberto MARGARIDE, *Indústria de Curtumes*, ed. Fábrica de Curtumes de Roldes, Porto, 1938.

I. Fontes

1. Fontes manuscritas

Arquivo Municipal Alfredo Pimenta

- Livros de Registos Paroquiais das paróquias de Oliveira, S. Paio, São Sebastião e S. Torcato.
- Livro do Registo Geral da Câmara (1784-1794), AMAP: M-2671).
- Livro do Registo Geral da Câmara (1801-1806), AMAP: M-2672).
- Livro do Registo Geral da Câmara (1827-1830), AMAP, M-2680).

Arquivo do Ministério das Obras Públicas

- *Mapa das Fábricas que existem na vila, termo e Comarca de Guimarães* (AMOP: JC-12).

2. Fontes impressas

2.1 Estatísticas e Relatórios

- Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria, *Inquérito Industrial de 1881. Inquérito Directo. Segunda Parte. Visita às Fábricas*. Livro Terceiro, Lisboa, Imprensa Nacional, 1881.
- Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria, *Inquérito Industrial de 1890*. Lisboa, Imprensa Nacional, Vol. II a V, 1891.
- NEVES, José Acúrsio das, "Mapa Geral Estatístico que representa as Fábricas do Reino no estado em que existiam nos primeiros tempos depois da última invasão", *Obras Completas*, Porto, Edições Afrontamento, s/d, Vol. 3, 1994.
- SAMPAIO, Alberto e MEIRA, Joaquim José de, *Relatório da Exposição Industrial de Guimarães de 1884*, ed. fac-simile da Muralha - Associação de Guimarães para a Defesa do Património, Guimarães, 1991.

CALDAS, António, *Guimarães, apontamentos para a sua História*, Guimarães, ed. Câmara Municipal de Guimarães/Sociedade Martins Sarmiento, 1996.

CARVALHO, A. L. de, *Os Mesteres de Guimarães*, Barcelos, Vol. III, 1942.

CORDEIRO, José Manuel Lopes, «A indústria de curtumes em Guimarães (sécs. XIX-XX)», *Actas do II Congresso Histórico de Guimarães*, Guimarães, ed. Câmara Municipal de Guimarães, Vol. IV, 1996.

CORDEIRO, José Manuel Lopes, «Empresas e Empresários Portuenses na Segunda Metade do Século XIX», *Análise Social*, Vol. XXXI (136-137), Lisboa, 1996.

COSTA, António Carvalho, *Corografia Portuguesa*, Tomo I, Braga, 1868.

FERREIRA, Maria da Conceição Falcão, *Guimarães: Duas vilas. Um Só Povo - Estudo de História Urbana - (1250-1389)*, Vol. II, tese de doutoramento policopiada, Departamento de História, ICS - Universidade do Minho, Braga, 1997.

GUIMARÃES, Avelino da Silva, «Subsídios para a história das indústrias vimaranenses. Excesso de reforma liberal em detrimento agrícola e industrial», *Revista de Guimarães*, 9 (1) Jan.-Mar., 1892, pp. 20-50.

JUSTINO, David, *A Formação do Espaço Económico Nacional - Portugal 1810-1913*, Lisboa, Vol. I, Col. Documenta Histórica, Vega, 1988.

LAINS, Pedro, *A economia portuguesa no século XIX*, Lisboa, Col. Análise Social, Imprensa Nacional, 1995.

MACEDO, Jorge Borges de, *Problemas de História da Indústria Portuguesa no Século XVIII*, Lisboa, Ed. Querco, 2.ª ed., 1982.

MARGARIDE, Alberto, *Indústria de Curtumes*, Porto, Fabrica de Curtumes de Roldes, 1938.

MARTINS, Francisco, *Guimarães. O Labor da Grei*. Publicação comemorativa da Exposição Industrial e Agrícola Concelhia realizada em Agosto de 1923, Guimarães, edição do autor, 1928.

MENDES, José Manuel Amado, *História Económica e Social dos Séculos XV a XX*, Lisboa, ed. Fundação Calouste Gulbenkian, 2.ª ed., 1997;

MOSER, Eduardo, *Breves Observações sobre a Projectada Via Férrea de Bougado a Guimarães Entroncando com as vias férreas do Porto e Braga e à Régua feitas sobre Dados Estatísticos*, Porto, Typographia Lusitana, 1874.

PEDREIRA, Jorge Miguel Viana, *Estrutura Industrial e Mercado Colonial – Portugal e Brasil (1780-1830)*, Lisboa, Col. Memória e Sociedade, ed. DIFEL, 1994.

RODRIGUES, Manuel Ferreira e MENDES, José Manuel Amado, *História da Indústria Portuguesa, da Idade Média aos Nossos Dias*, Mem Martins, Associação Industrial Portuense e Publicações Europa-América, 1999.

TORRAS i RIBÉ, Josep M., «La industria del curtido en Cataluña: del trabajo manual al uso de la energía eléctrica», Jordi Nadal y Jordi Catalán (eds), *La cara oculta de la industrialización española. La modernización de los sectores no líderes (siglos XIX y XX)*, Alianza Editorial, Madrid, 1994.

TORRAS i RIBÉ, Josep M., *Curtidores y Tanerías en Cataluña: organización de un oficio pré-industrial (siglos XIV-XIX)*, Vic, 1991.

CAZORLA, Clara Garcia e VILLAVARDE, Maria Jesus, *Aproximació al sector de la pell a Valls (segles XVI-XX): la difícil transició de la manufactura gremial als tallers industrials*, Valls, 1994.

III. Sítios on-line

Genealogias on-line, NEPS, in <http://www.neps.ics.uminho.pt>.